

(con. Drany)

Desse jeito, não teremos mais a quem homenagear.

De comprovada ação corrosiva sobre o prestígio do governo e de poderoso efeito tóxico sobre as carreiras de ministros da área econômica, a inflação vem demonstrando ter também notável capacidade para demolir a imagem de vultos de nossa história política, cultural e científica. A rápida e segura desvalorização do dinheiro brasileiro vem retirando de circulação, a intervalos cada vez menores, personalidades de nosso passado que, em geral, mereceriam homenagens mais dignas do que a presença em notas de vida tão curta.

Diante da necessidade de colocar em circulação cédulas de valor cada vez mais elevado (nominalmente, ressalve-se), o Banco Central parece ter esgotado o estoque dos heróis nacionais, do Império e da República. Nos últimos anos lançou mão de alguns dos principais nomes de nossa literatura, recorreu à música, vasculhou a história científica do país e agora chega à ecologia.

Na reunião de hoje, o Conselho Monetário Nacional (CMN) deve autorizar o Banco Central a lançar a nota de quinhentos cruzados novos, que vai homenagear o naturalista Augusto Ruschi, falecido em 1986. Será a cédula de maior valor do país, mas não por muito tempo. Precavido, diante da aceleração da inflação, o Banco Central já pensa na nota de mil cruzados novos, que deverá homenagear o sertanista Cândido Rondon. Chegamos a tal ponto que a Casa da Moeda brasileira é a única instituição do gênero em todo o mundo que dispõe de equipe permanente de "diagramadores" para desenhar novas cédulas.

Vão longe os tempos em que os brasileiros respeitavam o dinheiro nacional. Durante 20 anos, de 1943 a 1963, por exemplo, reinou absoluta como a cédula de maior valor em circulação a cobiçada "abobrinha" (por causa de sua cor), de mil cruzeiros, também conhecida por "Cabral", por trazer impressa a efígie do descobridor Pedro Álvares Cabral.

Nunca mais houve uma cédula tão duradoura quanto a "abobrinha", que hoje valeria apenas um milionésimo de cruzado novo. Vieram as notas com homenagens a Tiradentes, Santos Dumont, marechal Floriano Peixoto, às várias etnias que compõem o povo brasileiro, o barão de Rio Branco, o presidente Castello Branco, Rui Barbosa e Juscelino Kubitschek.

Entretanto, desde que, num certo dia do início de 1986, o presidente da República prometeu inflação zero, nunca o país teve tanta necessidade de aumentar o valor da maior cédula em circulação. Em outubro de 1986 foi lançada a nota de quinhentos cruzados, que homenageava o compositor Heitor Villa-Lobos; em setembro de 1987 começava a circular a nota de mil cruzados, com homenagem a Machado de Assis; em setembro de 1988, a de cinco mil cruzados, com o retrato do pintor Cândido Portinari; dois meses depois, a de dez mil cruzados, com homenagem ao cientista Carlos Chagas; em março último a de cinqüenta cruzados novos (fora desenhada em dezembro de 1988 para valer cinqüenta mil cruzados novos, mas ao entrar em circulação o padrão monetário era outro), com o poeta Carlos Drummond de Andrade; e, em maio, a de cem cruzados novos, que homenageia Cecília Meirelles.

É o retrato da inflação. Para se ter uma idéia de como nosso dinheiro foi corroído nos últimos tempos, algumas comparações bastam. Quando foi lançada, há três anos, a nota de quinhentos cruzados era suficiente para pagar 250 pãezinhos de 50 gramas, o popular pão francês. Hoje, com essa nota, que vale cinqüenta centavos, não dá para comprar dois desses mesmos pãezinhos (cada um custa 26 centavos). Com uma nota dessas, à época de seu lançamento, podia-se comprar 23 litros de leite tipo B; hoje, seis notas não pagam um litro do mesmo leite (que custa 3,10 cruzados novos).

Não causa nenhum espanto, pois, o fato, detectado pelas autoridades monetárias, de que os brasileiros fogem o quanto podem da moeda oficial. Em 1970, o papel-moeda em poder do público representava 2,83% do Produto Interno Bruto (PIB); hoje representa apenas 0,65%. É verdade que ficar com dinheiro no bolso nunca foi a grande preferência do brasileiro, que optava por deixá-lo depositado no banco. Tanto isso é verdade que, em 1970, os depósitos à vista nos bancos representavam quase 13% do PIB. Mas também esses caíram — e muito mais do que a quantidade de papel-moeda. Hoje, esses depósitos não chegam a 2% do PIB (precisamente 1,58% no final de setembro).

A soma do papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista nos bancos representa o que as autoridades monetárias definem como M-1, uma das formas de se expressar os chamados meios de pagamento. É, em termos simples, o dinheiro mais líquido do mercado e que não tem nenhuma forma de remuneração e, por isso, está mais sujeito à corrosão inflacionária. Com a alta da inflação, o público quer obter alguma remuneração; por isso, crescem as participações dos depósitos em cadernetas de poupança e das aplicações em títulos públicos federais. Estes últimos representavam apenas 4,37% do PIB em 1970, mas hoje chegam a 13,37%. Ou seja, além de emitir moeda de maneira incontida, desvalorizando ininterruptamente o dinheiro no bolso ou na conta bancária de cada cidadão, o governo ainda recorre ao mercado financeiro para cobrir seus gastos excessivos.

E nada faz para conter esses gastos, como mostra seu recuo na privatização da Mafersa, que agora precisa de um socorro de NCz\$ 144,2 milhões. Pede ao empresariado que corrija os preços de seus produtos por 90% da inflação mensal, mas aumenta as tarifas dos insumos monopolizados pelo Estado por quase o dobro da inflação. Não surpreende que esteja inteiramente desacreditado, como mostra a cotação dos papéis da dívida brasileira, negociados no mercado secundário norte-americano por apenas 22% de seu valor de face. Sem uma profunda reforma do Estado, a inflação continuará em alta e nosso dinheiro, em baixa.